

Relatório do Encontro Nacional do Departamento do Meio Ambiente (DENTMA)

DNOCS

A Condsef deverá encampar a luta junto ao Ministério da Integração Nacional reivindicando os seguintes pontos:

1. Reestruturação e revitalização do órgão;
2. Criação de um plano de carreira para os servidores do órgão;
3. Realização de concurso público para recomposição do quadro de pessoal;
4. Definir um orçamento necessário e adequado, visando atender os objetivos institucionais para os quais o órgão foi criado;
5. Que a autarquia seja responsável pela implementação das ações da política de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca;
6. Que a gestão das águas do programa de integração da bacia do Rio São Francisco (transposição) seja gestada pelo órgão;
7. Dentro da reestruturação do órgão, seja criado um setor que trate especificamente da segurança e conservação das barragens;
8. Impedir a transferência dos reservatórios hídricos do órgão para as gestões estaduais e municipais;
9. Que os servidores da autarquia tenham participação e conhecimento de qualquer proposta de reestruturação do órgão;
10. Que a Condsef interceda junto ao Ministério do Planejamento no sentido de esclarecer que as instituições podem e devem ter atribuições iguais, não necessariamente isso significando sobreposição de ações. (obs. isso passou a ser uma alegação do MPOG que limitou o avanço da proposta de reestruturação do órgão em momentos anteriores);
11. Incorporação da gratificação produtivista para aposentados e pensionistas independente da média, conforme disposto na lei;
12. modificação do artigo 14 da lei 12716/2012, que significa deixar de ser descontado no valor da “bolsa” qualquer tipo de reajuste (impedimento da desoneração);
13. Aprimorar o funcionamento e a operacionalização do registro de frequência dos servidores (ponto eletrônico), entre outras coisas, com a criação de banco de horas e desatrelação do atrelamento da “catraca” ao “ponto”;
14. Que a gestão de piscicultura, especialidade do DNOCS, seja mantida em toda sua extensão;
15. Que o Jurídico da Condsef analise a legalidade do desconto da “bolsa” (VPNI).

Para todas as instituições:

1. Recomendar a estruturação de todos os órgãos federais conforme suas especificidades.

FUNAI

1. PCI – Plano de Carreira: elaboração e publicação de Portaria designando os componentes do GT para aprovação do Plano;
2. Estruturação do Plano de Carreira Indigenista;
3. GAPIN: reajuste da GAPIN, e que o MPOG implemente o ajuste e a correção de valor da gratificação e de atividade;
4. Execução dos planos de capacitação;
5. Concurso público para preenchimento dos cargos no órgão indigenista;
6. Regulamentação do poder de polícia da FUNAI;
7. Contra a reestruturação que vem sendo proposto para os órgãos públicos, sem estudos, sem participação dos servidores, sem a consulta do público atendido, como o que vem acontecendo na Funai, descumprindo o que estabelece a Convenção 169 da OIT;
8. Contra os inúmeros Processos Administrativos Disciplinares (PAD) que os servidores estão sendo acusados, sem que se leve em consideração a falta de recursos para exercer as funções, a falta de normatização dos procedimentos e a falta de capacitação dos servidores. Há economia na qualificação dos servidores, mas não faltam recursos para diárias e passagens para as comissões de PAD;
9. Recomendar a estruturação de todos os órgãos federais, conforme especificidades;
10. Que seja garantida extensão do adicional de fronteira para todos os órgãos que desenvolvam atividades correlatas;
11. Que não sejam nomeadas pessoas extraquadro sem nenhum conhecimento (capacitação) na área.

IBAMA e ICMBIO

Engajamento Político da Entidade

1. Lutar pela manutenção da gestão pública de qualidade sem aceitação de retrocessos na gestão ambiental federal, de modo a garantir as políticas de Estado em detrimento das políticas de governo;
2. Promover maior articulação com movimentos sociais e outras categorias;
3. Que a Ascema Nacional e CONDSEF orientem discussões e debates nas bases acerca dos seguintes temas:
 - Reforma política;
 - Propostas de combate à corrupção - propostas de leis, posicionamento contra o desmonte dos órgãos de controle do Estado, entre outros possíveis.
4. Teletrabalho - Promoção de discussão e debate sobre a "experiência" do teletrabalho.

Negociação

1. Que a Ascema Nacional e CONDSEF continuem participando das mesas de negociação existentes, considerando que elas foram conquistas da luta dos servidores para diálogo com o Estado;
2. Enquanto durar a interinidade do governo não serão negociados temas novos, ou seja, além dos já apresentados ao governo, através da proposta de Reestruturação da Carreira e dos documentos apresentados à Mesa Setorial de Negociação do Ministério do Meio Ambiente e seus fóruns, dada a existência de Acordo já assinado em 2015, a entidade deve participar de ações que objetivem a manutenção de direitos já adquiridos ou que visem prevenir prejuízos ao meio ambiente ou à carreira;
3. Lutar pelo pagamento retroativo agosto de 2016/agosto de 2017, conforme estabelecido na Lei nº 13...
4. Alteração da portaria que dividiu a mesa de negociação:
 - Condsef (trabalhadores do meio ambiente estejam presente nas representações);
 - ASCEMA;
 - Construir caminho político conjunto.

Entidades Estaduais

1. Recomendar a instauração das assembleias permanentes nos Estados;
2. Propor uma agenda de Encontros Regionais entre servidores da área ambiental;
3. Coordenar e Implementar ações de comunicação, através de informes/mensagens nas redes sociais;
4. Orientar as entidades de base a realizar atividades políticas, como audiências públicas junto às prefeituras ou comissões de meio ambiente das assembleias legislativas, no sentido da defesa das questões ambientais e da preservação das unidades descentralizadas dos órgãos ambientais federais ameaçadas;
5. Estimular a participação de representantes das entidades de base junto ao Congresso Nacional;
6. Buscar novas formas de agregar os servidores que estão lotados em locais isolados – desenvolver processos de participação à distância;
7. Estimular as entidades estaduais a intensificar a participação nos fóruns e movimentos em prol dos serviços públicos federais, estaduais, municipais e também nos fóruns ambientais;
8. Que a Ascema Nacional e CONDSEF articule unidade nas lutas dos servidores da área sincronizando e otimizando ações propostas pelas entidades estaduais.

Órgãos Ambientais

1. Pautar a questão do sucateamento dos órgãos ambientais com o Ministério do Meio Ambiente, e se posicionar e articular lutas contra o corte orçamentário no ICMBio, no IBAMA/SBF, a precarização dos serviços e falta de condições de trabalho (falta de materiais básicos de escritório, limpeza, manutenção, combustível) e precarização do trabalho dos terceirizados (constante atraso nos pagamentos). Lutar contra a desestruturação das Unidades de conservação;
2. Que a Ascema Nacional e CONDSEF se manifestem pelo Fortalecimento das SUPES, CRS e Centros de Pesquisa;
3. Retomar o GT para fazer um levantamento da situação dos órgãos ambientais, aproveitando para resgatar os trabalhos que realizaram diagnóstico da situação de maneira a sistematizar proposta pelo fortalecimento dos órgãos ambientais;
4. Denunciar e lutar contra o nepotismo no MMA e vinculadas.
5. Que a Ascema Nacional e CONDSEF exijam que qualquer reestruturação dos órgãos ambientais seja amplamente debatida com os servidores;
6. Fazer uma análise jurídica e também buscar, pela via administrativa, a revogação das portarias que vedam a comunicação direta entre servidores do Ibama e do ICMBio;
7. Que a Ascema Nacional e CONDSEF se posicionem pelo retorno da portaria de fiscalização, que foi retirada dos analistas que trabalham no licenciamento ambiental;
8. Que a Ascema Nacional e CONDSEF se posicionem contra a forma atual do Sistema de Avaliação de Desempenho (SAD) devido aos parâmetros extremamente subjetivos da avaliação, a não possibilidade de avaliação da chefia, a falta de regularização nos procedimentos. Além de elaborar uma proposta dos servidores de melhoramento da avaliação de desempenho para apresentar no MNP;
9. Que a Ascema Nacional e CONDSEF orientem a discussão sobre eleição direta com participação dos servidores dos órgãos ou, no mínimo, de eleição de lista tríplice para presidente dos órgãos (IBAMA e ICMBio). E leve para as mesas setoriais a necessidade de desenvolver processos de seleção participativo para cargos de chefia;
10. Defender a GEAP das atuais intervenções e defender a participação paritária na gestão da GEAP.
11. Exigir uma Política Institucional contra o assédio moral e sexual no âmbito do MMA e suas vinculadas;
12. Que a Ascema Nacional e CONDSEF se manifestem quanto às ameaças de revogação dos decretos de criação das UCs recém-criadas na Amazônia;
13. Exigir política de preparação para aposentadoria nos nossos órgãos;
14. Que a Ascema e a CONDSEF se manifestem quanto às ameaças de revogação das UC's e TI's recém-criadas.

Funpresp

1. Que a Ascema Nacional e CONDSEF estimulem discussões nas bases sobre o Funpresp, aderindo à luta das entidades de servidores federais contra esse fundo.

Legislação

1. Que a Ascema Nacional e CONDSEF deem ampla divulgação aos documentos contra o desmonte do licenciamento ambiental e que os protocolem no Congresso (nas duas casas);
2. Que a Ascema Nacional e CONDSEF defendam o arquivamento dos seguintes projetos prejudiciais ao meio ambiente e/ou aos trabalhadores PEC nº 65/2012, PLs nº 602, 603 e 654 de 2015, PL nº 3729/2014, PEC nº 291/2008, PEC nº 215, PLP nº 257/2016 e PL nº 4330/2004, aprovados na Câmara e tramitando no Senado, como PL da Câmara 30/2015, o Código da Mineração, PL 7422, MP 727, PEC 241/2016 e a proposta de contrarreforma da Previdência. E que qualquer proposta de modificação nos temas dessas legislações só seja realizada após amplo debate na sociedade;
3. Exigir do MMA a ampla divulgação da minuta do projeto que trata da Lei Geral do Licenciamento Ambiental para amplo debate com os servidores que atuam na área. E repudiar qualquer proposta de penalização administrativa dos servidores do licenciamento por conta dos atrasos no processo de licenciamento;
4. Lutar contra a retirada do controle na liberação dos agrotóxicos por parte do IBAMA e ANVISA;
5. Que a Ascema Nacional e CONDSEF se manifestem contrária à Lei Estadual 79/2016, que permite a introdução de espécies exóticas e atípicas na Bacia do Amazonas;
6. Lutar contra a Lei nº 13301/2016, sobre a possibilidade de pulverização aérea de controle vetorial por meio de dispersão por aeronaves;
7. Lutar contra a mineração em terras indígenas.

Carreira Ambiental

1. Que a Ascema Nacional e CONDSEF elaborem um documento resgatando o histórico da construção da carreira;
2. Lutar pela modernização da carreira de especialista em meio ambiente, conforme a elaboração do grupo de trabalho, advindo das deliberações do encontro dos servidores em maio de 2015, com as devidas correções das distorções salariais entre o nível auxiliar, intermediário, superior;
3. Reestruturação da Carreira de Especialista em Meio Ambiente (CEMA);
4. Plano Especial de Cargos do MMA e do IBAMA (PECMA);
5. Lutar em defesa dos aposentados e pensionistas, assim como, pela manutenção das conquistas adquiridas;



6. Lutar pela abertura de concursos públicos para os níveis: auxiliar, intermediário e superior;
7. Lutar pela implementação das horas atividades para toda a carreira.

Jurídico

1. Participar como “amigo da corte” na ação feita pelo Fórum dos Servidores Públicos Federais contra a obrigatoriedade da entrada dos servidores públicos no Funpresp;
2. Autorização para fazer um estudo de caso, em relação ao processo da Ciomara, ex-servidora do IBAMA, lotada no Rio de Janeiro.

Plano de Lutas

1. Exigir do IBAMA e MMA a apuração das responsabilidades constantes no relatório da CGU;
2. Que a Ascema Nacional e CONDSEF orientem que as entidades de base realizem atividades políticas, como audiências públicas junto às prefeituras ou comissões de meio ambiente das assembleias legislativas, no sentido defesa das questões ambientais e da preservação das unidades descentralizadas dos órgãos ambientais federais ameaçadas;
3. Aumento da cota-parte do governo em relação aos Planos de Saúde;
4. Que a Ascema Nacional e CONDSEF estimulem a participação de representantes das entidades de base junto ao Congresso Nacional, em prol de interesse na área ambiental;
5. Ratificar e intensificar a luta pela criação das FCAs, em detrimento das FCPEs;
6. Que a Ascema Nacional e CONDSEF se posicionem contra o ajuste fiscal;
7. Manifestação contra os cortes orçamentários nos órgãos ambientais;
8. Participar na Campanha em defesa da Auditoria da Dívida Pública;
9. Lutar contra a falta de pagamentos de terceirizados;
10. Lutar em defesa dos Centros de Pesquisa do ICMBio;
11. Busca constante de melhoria nas condições de trabalho;
12. Criar um GT para desenvolver uma proposta sobre o licenciamento;
13. Crítica aos conselhos como CTNBio e CTNAgro;
14. Lutar para ter a transposição dos novos servidores do PECMA do MMA para a CEMA;
15. Defesa das reservas minerais e naturais do país;
16. Lutar contra o loteamento dos cargos comissionados da área ambiental;
17. Lutar contra a prática de assédio moral nos órgãos ambientais;
18. Contra a terceirização;
19. Abertura de concurso público;
20. Exigir modernização das carreiras;
21. MP 809/2017 – facilitar a contratação de pessoal indígena;



22. Marcar reunião com MMA para tratar da resolução da questão dos dias parados para não haver corte de ponto.

DEPARTAMENTO DO MEIO AMBIENTE (DENTMA)

- Que o Departamento organize um seminário ou um grupo de trabalho sobre a questão do teletrabalho.